



Anais da Assembléia

Nº 084

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE JULHO DE 1991

ANO XVII

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 028/91

DATA: 26 de junho de 1991.

SÚMULA: Altera a redação do artigo 1º da Resolução nº 26/90, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Bom Sucesso do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - O artigo da Resolução nº 26/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Pato Branco, para que a população decida sobre a criação do município de Bom Sucesso do Sul, desmembrando-o do município de Pato Branco, com os seguintes limites e confrontações:

Partindo do sentido sul-leste na localidade de Gramados e seguindo pela PR-469 até o trevo de acesso a Bom Sucesso, daí segue pelo acesso da PR-469 até o rio Vitorino, daí desce até alcançar a divisa entre as glebas Mundo Novo - Entre Rios, 1ª parte, daí segue pela divisa de Itapejara D'Oeste até o rio Santana, daí segue pelo rio Santana até o arroio Elias, segue pelo arroio Elias até uma estrada, daí segue pela divisa do município de Renascença até o rio Lambador e seguindo pelo mesmo rio até o rio Vitorino, daí pelo rio Vitorino até o lagoado das Cobras, segue por este até seu entroncamento com a estrada de Gramados, segue por esta até o ponto de partida."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 03ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 1991.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregoneze, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Algaci Túlio e Neivo Beraldin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 48/91

Curitiba, 03 de julho de 1991.
Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem nº 23/91, de 16 de maio de 1991, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar providências no sentido de que a redação do art. 2º do projeto de lei por ela encaminhado passe a figurar na forma seguinte:

"Art. 2º - Será enquadrável no regime fiscal das microempresas aquela cujo valor anual de entrada de mercadorias e serviços de transporte, utilizados na indus-

trialização ou comercialização, não ultrapassar a doze milhões de cruzeiros."

Na versão original do mencionado art. 2º, o valor previsto para o enquadramento de microempresas no regime fiscal proposto, foi fixado em nove milhões de cruzeiros, conforme estimativas realizadas em 1º de abril de 1991 e considerando que o preconizado regime fiscal vigorará depois de um espaço de tempo de aproximadamente quatro meses, constatou-se a necessidade de que tal valor fosse atualizado para doze milhões de cruzeiros.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Ofícios:

OFÍCIO N° 118/91

Em 25 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para, em nome do Legislativo Municipal e na forma requerida pelo Vereador Luiz Karimata, aprovado em Plenário na Sessão de ontem, solicitar o adiamento da discussão e votação do projeto de lei que transforma a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL e o INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ - IAPAR, além de outras 23 Fundações Públicas em Autarquias.

A proposta está direcionada no sentido de proporcionar um tempo maior para a devida análise da questão, considerando-se a polêmica formada devido à forma como o governo pretende implantá-la, assegurando uma negociação e discussão ampla, envolvendo lideranças políticas, empresariais e culturais da região, e principalmente com a administração superior das entidades e comunidade universitária, quanto às reais necessidades de sua alteração, objetivando encontrar soluções adequadas e benéficas em prol das entidades e comunidade paranaense.

Certos de sua atenção e na expectativa do pronto atendimento, antecipamos nossos agradecimentos e formulamos a Vossa Excelência os protestos de real apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) MARIA LUCIA PIERRO

Presidente da

Câmara Municipal de Ibioporã

OFÍCIO N° 1415/91

Londrina, 25 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Vimos encarecer a Vossa Excelência, a requerimento do Vereador Luiz Eduardo Cheida, Voto contrário ao projeto de autarquização das fundações estaduais, em

tramitação nesse Legislativo.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(aa) JOÃO DE ARAÚJO

Presidente da

Câmara Municipal de Londrina

CARLOS PINHEIRO

1º Secretário

CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL

Senhor Presidente.

Tenho em vista a necessidade de permanência do Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, arquiteto Jaime Lerner, no exterior, por período superior ao previsto, venho requerer a Vossa Excelência a prorrogação da licença do meu mandato parlamentar até o dia 10 de julho próximo.

Restrito à finalidade destacada, antecipo-lhe votos de agradecimentos, renovando minhas expressões de elevadíssima estima e distinto apreço.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) ALGACI TÚLIO.

Prefeito Interino de Curitiba

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1659-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de redação final aos seguintes Projetos de Lei, aprovados em 2ª discussão, sem terem recebido emendas: 249, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279 e 284/91.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1659

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, a devolução aos cofres do Tesouro do Estado, dos valores da ajuda de custo a que teriam direito os Deputados abaixo-assinados, pela convocação extraordinária desta Assembléia, encaminhada pelo Governador do Estado, a ser efetuada pelo Poder Legislativo.

Requerem ainda seja encaminhado expediente ao Governador Roberto Requião solicitando que estes valores, que seriam destinados para o pagamento da ajuda de custo, sejam aplicados em reajustes salariais aos servidores públicos do Estado, que se encontram com seus salários defasados em mais de 92% (noventa e dois por cento) no período compreendido entre janeiro e junho de 1991, segundo índices divulgados pelo Governo Federal, que é quem calcula a inflação oficial do País.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(aa) ERNANI PUDELL;

DOUTOR ROSINHA;

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

O Governador Roberto Requião, ao anunciar a convocação da Assembléia Legislativa para funcionar em período extraordinário, acusou o PT como responsável pela convocação, afirmando que a Bancada do PT queria receber os jetons.

Na sessão de 02.07.91, a Bancada do Governo nesta Casa rejeitou um requerimento do PT que pedia o não pagamento dos jetons. Daí se conclui que o Governador não deve estar bem informado sobre o que se passa na Assembléia. Além do mais, os servidores do Estado estão sem reajuste algum em sua data-base que é junho, e o Governo não acena com nenhuma possibilidade de corrigir estes salários.

Razão pela qual esperamos contar com o apoio de todos os Pares desta Casa inclusive os Deputados do Bloco Governista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Prefeito Interino, constante do expediente, solicitando a prorrogação da licença do seu mandato parlamentar até o dia 10 de julho do corrente mês. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 37/91, que cria na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, dois cargos de provimento em Comissão, com a denominação de Assessor, símbolo DAS-5, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 270/91

P A R E C E R:

A Proposição n° 270/91, tem origem na Mensagem Governamental n° 37/91, de 25 de junho de 1991, e versa sobre a criação, dentro da estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de dois cargos de Assessoria, símbolo DAS-5.

Ao ser analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça desta augusta Casa de Leis, foi aprovada com parecer fa-

vorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, observado o § 3° do art. 33, do Regimento Interno, nada impede a sua tramitação normal. Portanto, somos de parecer favorável à proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 271/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 34/91, que cria cargos no Quadro Próprio do Magistério, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 271/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei é oriundo da Mensagem do Executivo n° 34/91, de 25 de junho de 1991.

A CCJ opinou fosse a matéria encaminhada ao Plenário.

Da análise do referido projeto de lei, deflui que não há nenhum óbice, para que seja apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 271/91

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

O art. 1° do Projeto de Lei n° 271/91, passa, com apresentação de emenda modificativa, por não alterar substancialmente a original, a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Ficam criados, no Quadro Próprio do Magistério, os cargos a seguir:

I - Grupo Ocupacional Professor MPP-100

| Séries de Classe | Níveis de Venc. | Quant. |
|------------------|-----------------|--------|
| A | 1 | 5000 |
| C | 3 | 10255 |
| D | 4 | 5420 |

II - Grupo Ocupacional Especialista de Educação - MPE-200

| | | |
|---|---|------|
| D | 4 | 2614 |
|---|---|------|

Sala das Sessões, em 03.07.91.

(a) PAULO MAIA

Apoiamento: Plauto Miró Guimarães, Emília Belinati, Doutor Rosinha, Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda não aumenta gastos do Estado, ou melhor, chega até a beneficiar o erário, na medida em que coloca a criação de cargos na fase inicial da carreira (Nível 1, Classe A), diminuindo as de classe e nível superior, onde os salários e os gastos do Estado são maiores.

Da mesma forma, conforme determina a Constituição Federal, e em acatamento ao Quadro de Carreiras do Magistério da rede oficial de ensino do Estado, necessário é o prestigiamento do ensino fundamental, ou seja, de primeira à quarta séries do primeiro grau, cuja omissão no projeto de lei oriundo do Executivo determina, em verdade, um abandono do ensino fundamental.

Ademais, a Lei n° 07/76, Estatuto do Magistério, ainda em vigor, estabelece um Plano de Carreira para o Magistério, cujo nível inicial é previsto ser o 1, Série de Classe A, para que o ensino fundamental de Primeira à Quarta Séries, contemple na rede oficial de ensino, o atendimento das crianças paranaenses que querem ingressar na escola.

O Projeto e emendas irão à Comissão competente.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 275/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 43/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para atender à programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme Anexo I, desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 275/91**

P A R E C E R:

O presente projeto de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 43/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para atender à programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme Anexo I desta Lei.

No âmbito desta Comissão, nada há que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 276/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 42/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.807.000,00 (cento e trinta e seis milhões, e oitocentos e sete mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 276/91**

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem do Governo n° 42/91, de 26.06.91, o Projeto de Lei n° 276/91, objetiva a aprovação de um crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, no montante de Cr\$ 136.807.000,00 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros), conforme anexo à lei.

A finalidade é de atender as despesas com obras de infra-estrutura nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba no Programa PIMRC.

É certo que o projeto de lei em análise cita a fonte de recursos deste suplemento.

À vista da CCJ desta Casa de Leis, a proposta recebeu parecer favorável quanto à sua legalidade, constitucionalidade e justiça.

Chamada a opinar, essa Comissão de Finanças entende serem corretas as reivindicações e emite parecer favorável à continuidade de tramitação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 284/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 46/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21.12.90, para pagamento de professores municipais à disposição da Rede Estadual de Ensino, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 284/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 284/91, originado da Mensagem do Poder Executivo n° 46/91, propõe a abertura de crédito suplementar, no montante de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação, em vigor, para atender ao custeio do pagamento de professores municipais disponibilizados à Rede Estadual de Ensino.

O teor do plano de lei em tela cumpre todas as especificações legais e não apresenta nenhum óbice, quanto ao seu mérito, que enseja não merecer a aprovação.

À vista destes parâmetros, o projeto de lei se inscreve, potencialmente, à irrestrita aprovação desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo para atender despesas de manutenção, transferências a municípios, subvenções sociais e transporte aéreo.

Chamada a opinar, a douta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável à presente proposição no seu aspecto legal e constitucional, nesta Comissão de Finanças, entendendo que não haja óbices à sua tramitação nesta Casa, damos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, com apoioamento do Sr. Deputado Paulo Maia, nos seguintes termos:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 45/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 285/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo de Mensagem Governamental n° 45/91, objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de

PROJETO DE LEI N° 285/91

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

Dê-se ao art. 1° e ao Anexo I do Projeto de Lei n° 285/91, a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo e ao orçamento próprio do Instituto de Terras e Cartografia e Florestas - ITCF, aprovados pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada à fonte 00 - Ordinário Não Vinculado, conforme Anexo I desta Lei.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL.01

Cr\$ 1.000,00

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA DA DESPESA | | L D R | VALOR | N. ID PROC. COP |
|--------|---|---------------------|----|-------|---------|-----------------|
| | | FT | FT | | | |
| 0900 | Chefia do Poder Executivo | | | | | |
| 0901 | Gabinete do Secretário - Casa Civil | | | | | |
| 2215 | Atendimento a Entidades Assistenciais, Educativas e Culturais | | | | | |
| | | 3223.01 | 00 | L | 55.000 | 0211 |
| | | 3223.02 | 00 | L | 80.000 | 0211 |
| | | 3231.00 | 00 | L | 25.000 | 0211 |
| | | 4323.00 | 00 | L | 20.000 | 0211 |
| | | 4331.00 | 00 | L | 20.000 | 0211 |
| 2800 | Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Entidades Vinculadas | | | | | |
| 2865 | Instituto de Terras, Cartografia e Floresta do Estado do Paraná - ITCF | | | | | |
| 2261 | Organização Agrária e Preservação dos Recursos Naturais Renováveis - ITCF | | | | | |
| | | 3111.01 | 00 | L | 150.000 | 0123 |

Sala das Sessões, em 04.07.91

(aa) ERNANI PUDELL

DO UTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Paulo Maia

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos, com a presente, tão somente viabilizar recursos a fim de que o Poder Executivo Estadual possa atender as reivindicações salariais dos servidores do ITCF, atualmente em greve, que, dentre outros aspectos, buscam melhores salários que lhes ofereçam, a si e sua família, uma vida digna.

O projeto retorna à Comissão, pelo prazo de 48 horas. Serão apreciados na sessão de segunda-feira, projeto e emenda.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 215/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 25/91, que transforma em Autarquias Estaduais, todas as fundações criadas por Leis Estaduais. Com SUBSTITUTIVO GERAL do Poder Executivo e EMENDAS DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. às emendas de plenário e CONTRÁRIO ao Substitutivo Geral do Poder Executivo por maioria e FAVORÁVEIS da C.F., C.E.C.E., C.T., C.A.I.C. e C.S.P. ao Substitutivo Geral do Poder Executivo e as Emendas de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N° 215/91

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1° - As Fundações Estaduais diante relacionadas, mantidas as finalidades para as quais foram instituídas, ficam transformadas em Autarquias, integrantes da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o art. 7°, inciso I, da Lei n° 8485, de 03 de junho de 1987:

- Fundação de Ação Social do Paraná;
- Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná;
- Fundação de Esportes e Turismo;
- Fundação Educacional do Estado do Paraná;
- Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná;
- Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão;
- Fundação Faculdade de Artes do Paraná;
- Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana;
- Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba;
- Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro;
- Fundação Faculdade de Educação Física de Jacarezinho;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio

Procópio;

- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho;
- Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaíba;
- Fundação Instituto Agrônomo do Paraná;
- Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná;
- Fundação Caetano Munhoz da Rocha;
- Fundação Rádio e Televisão do Paraná;
- Fundação Teatro Guaíra;
- Fundação Universidade Estadual de Londrina;
- Fundação Universidade Estadual de Maringá;
- Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste;
- Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu;
- Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná;
- Fundação Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, o Poder Executivo, por decreto, procederá revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta lei, adaptando, inclusive, as respectivas denominações.

Art. 2° - O patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os servidores das fundações atingidas pelo artigo anterior, são transferidos para as autarquias em que ficam respectivamente transformadas.

Art. 3° - Os cargos de direção das entidades ficam transformados em cargos de provimento em comissão, cujas denominações e simbologias serão definidas e fixadas em decreto.

Parágrafo Único - Para provimento dos cargos de Reitor das Universidades Estaduais, a escolha permanecerá afeta aos professores, funcionários e alunos das mesmas, mediante processo eletivo, sendo os demais cargos em comissão providos conforme dispuser a respectiva regulamentação.

Art. 4° - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 215/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, através da Mensagem Governamental n° 25/91, de 27 de maio de 1991, alterado por substitutivo geral também de iniciativa governamental, através da Mensagem n° 38/91, tem por objetivo transformar as Fundações Estaduais em Autarquias, tendo recebido emenda aditiva de n° 01, e substitutiva de n° 02, ambas de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca.

DA INICIATIVA:

O Substitutivo Geral em apreço, manifestado através da Mensagem n° 38/91, foi solicitado em aditamento à Mensagem n° 25/91, sendo que em nada aditou, simples e tão somente, alterou por completo o texto original, permanecendo evidente, a intenção do legislador de converter a personalidade jurídica das Fundações que especifica, para o âmbito do Direito Público.

DA RAZÃO DA INICIATIVA:

Justifica o proponente, que a medida vem em razão do resultado de reexame feito sobre o assunto, onde ficou demonstrada a conveniência de que no corpo do diploma legal pretendido, figure a relação das entidades atingidas e dispositivos expressos quanto à forma de provimento dos cargos de Reitor das Universidades Estaduais.

DA CONSTATAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE:

Em que pese a tentativa do proponente em amenizar os efeitos da inconstitucionalidade de sua iniciativa, arrolando no art. 1° da proposição, quais as Fundações Estaduais transformadas em Autarquias, ela ainda permanece, pois sob a luz da melhor interpretação hermenêutica, continuam transgredidos os preceitos do art. 37, inciso XIX, da Carta Magna Estadual e do Art. 27, inciso XVIII, da Constituição do Estado do Paraná, "in verbis".

Art. 27 - ...

XVIII - somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas;

Reportando-se a parecer unanimemente aprovado por esta Comissão, relatado pelo ilustre Deputado Rafael Greca de Macedo, no tocante à definição de lei específica como sendo lei exclusiva, lei especial, constante do bojo do plano em análise, seguimos o profícuo entendimento, pois, a iniciativa deveria contemplar entidade por entidade, caso a caso, em razão da ativi-

dade de que cada uma exerce na estrutura organizacional do Poder Executivo, evitando-se assim, a usurpação discricionária do direito deste Parlamento de analisar minuciosamente, caso a caso, os efeitos das autarquizações nas atividades distintas de cada Fundação.

No que concerne aos dispositivos do Substitutivo Geral, que expressam a forma de provimento dos cargos de Reitor das Universidades, cargos eletivos, portanto não passíveis de demissão "ad-nutum", questionamos: como serão providos os cargos dos coordenadores de cursos das universidades, portadores também de cargos eletivos, não abrangidos na iniciativa?

DAS EMENDAS:

Procedida à análise das emendas de números 01 e 02, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

DAS CONSEQUÊNCIAS:

Além da inquestionável retirada da autonomia das entidades envolvidas, transposta, única e exclusivamente ao controle discricionário do Poder Executivo Estadual (o cheque em branco), convém alertar que a transformação da personalidade jurídica das instituições, de privada para pública, acarretará obrigatoriamente, quando da implantação do Regime Único aos servidores do Estado, em gigantesco ônus aos cofres públicos, com a conseqüente liberação dos Fundos de Garantia por Tempo de Serviço, acrescidos de multa no percentual de até 40% dos valores, prevista Carta Magna Federal, abalando assim, seriamente, o orçamento do Estado do Paraná.

Sendo assim, em defesa das funções institucionais deste Poder Legislativo, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se contrariamente à proposta governamental, opinando pela rejeição do projeto de lei.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) EMÍLIA BELINATI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 215/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 25/91, tem por finalidade transformar em Autarquias Estaduais todas as fundações criadas por leis estaduais.

Motivo de apreciação desta Comissão de Finanças, entendemos que nada existe que impeça a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação

do projeto de lei em tela e pela apreciação das emendas em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENATO ADUR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,

CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 215/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 25/91, tem por finalidade transformar em Autarquias Estaduais todas as fundações criadas por leis estaduais.

Motivo de apreciação desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes entendemos que nada existe que impeça a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela e pela apreciação das emendas em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

RENATO ADUR - Relator

COMISSÃO DE TURISMO

PROJETO DE LEI N° 215/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 25/91, tem por finalidade transformar em Autarquias Estaduais todas as fundações criadas por leis estaduais.

Motivo de apreciação desta Comissão de Turismo, entendemos que nada existe que impeça a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela e pela apreciação das emendas em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) DOBRANDINO SILVA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 215/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 25/91, tem por finalidade transformar em Autarquias Estaduais todas as fundações criadas por leis estaduais.

Motivo de apreciação desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, entendemos que nada existe que impeça a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 215/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 25/91, tem por finalidade transformar em Autarquias Estaduais todas as fundações criadas por leis estaduais.

Motivo de apreciação desta Comissão de Saúde Pública, entendemos que nada existe que impeça a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela e pela apreciação das emendas em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.07.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

OBS: A presente justificativa faz parte da Emenda Substitutiva de n° 02 (dois), da Sessão do dia 26 de junho do corrente, deixada de publicar na matéria daquele dia, em virtude de não publicação da mesma na Ordem do Dia.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de lei é manifestamente inconstitucional, segundo preceito do artigo 37 inciso XIX da Constituição Federal.

A presente emenda, visa suprir a ilegalidade, fazendo com que, por lei específica, ou seja, exclusiva ou especial estabeleça condições à Fundação possuir seus atos constitutivos próprios.

Ainda, sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em n° 38 (trinta e oito), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO,
DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 215/91

O parágrafo único do art. 1° do Projeto em tela, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° -

Parágrafo Único - O Poder Executivo, até cento e oitenta dias da aprovação da presente Lei, apresentará Anteprojeto com as normas institucionais das Autarquias transformadas, após o regulamentará, por Decreto, sua autorização e funcionamento, adaptando, inclusive, as respectivas denominações.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

Apoiamento: Heinz Herwig, Rossoni, Élio Rusch, Erondy Silvério, Mário Bezerra, Nelson Justus.

EMENDA ADITIVA DE

PLENÁRIO DE N° 02

Artigo Único - O artigo 5° passa a ter a seguinte redação:

Art. 5° - A autonomia prevista no artigo anterior será garantida por meio da manutenção global das Instituições de Ensino Superior pelo Estado do Paraná, compreendidas as despesas de pessoal, custeio e capital, assegurando-se dotação orçamentária à manutenção de pessoal, em valores reais, no mínimo igual à do exercício anterior, considerando-se como ano de referência inicial, para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 181 da Constituição do Estado do Paraná, o ano imediatamente anterior à sua promulgação.

§ 1° - Qualquer expansão ou incorporação à rede pública de ensino superior, deverá ser procedida de ampla avaliação e condicionada ao aumento proporcional da dotação orçamentária, devendo ainda ser prevista uma variação em termos de aumento real, incluída no orçamento global, objetivando cobrir o crescimento vegetativo da folha de pessoal.

§ 2° - A infra-estrutura adicional, compreendida, dentre outras, a construção de "campus" e hospitais universitários, deverá ser considerado como projeto especial a ser agregada em tratamento orçamentário específico, devendo ser previsto, no caso de hospitais, não apenas recursos para construção, mas também para manutenção, através de projetos especiais, incluindo cronograma de aplicação orçamentária para rubricas específicas.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, João Arruda, Rossoni, Mário Bezerra, Emília Belinati, Heinz Herwig, Arlindo Troian e Hermas Brandão.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

AO SUBSTITUTIVO GERAL DE N° 03

Artigo Único - O Parágrafo Único do artigo 3°, do Projeto de Lei n° 215/91, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3° -

Parágrafo Único - Para provimento dos cargos de Reitor das Universidades Estaduais, a escolha permanecerá afeta aos professores, funcionários e alunos das mesmas, mediante processo eletivo e o cargo de Diretor Presidente do IAPAR será escolhido pelo Governador do Estado, obedecida lista tripartite elaborada pelo Conselho de Administração da autarquia, sendo os demais cargos em comissão providos conforme dispuser a respectiva regulamentação".

Sala das Sessões, em 04.07.91:

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, João Arruda, Rossoni, Mário Bezerra, Emília Belinati, Heinz Herwig, Arlindo Troian e Hermas Brandão.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

AO SUBSTITUTIVO GERAL DE N° 04

Artigo Único - O artigo 4° do Projeto de Lei n° 215/91, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 4° - As universidades estaduais, e os institutos de pesquisas no que couber, gozam de autonomia didática-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino".

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, João Arruda, Rossoni, Mário Bezerra, Emília Belinati, Heinz Herwig e Hermas Brandão.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

Seja incluído no texto do parágrafo único do artigo 1° do presente Projeto de Lei o que segue:

Art. 1° -

Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, após ampla consulta às comunidades que compõem cada fundação, o Poder Executivo, por Decreto, procederá revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta lei, adaptando inclusive, as respectivas denominações.

Art. 2° -

Sala das Sessões, em 04.07.91

Apoio: Heinz Herwig, Hermas Brandão, Rossoni e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A universidade é por excelência o espaço adequado para o estabelecimento de verdadeiros laboratórios de conhecimento e desenvolvimento dos princípios fundamentais que regem o progresso da humanidade.

O enriquecimento de tais conhecimentos e o aprimoramento dos mesmos princípios somente é possível mediante o incentivo e a ampliação da participação das partes interessadas no processo desenvolvimentista.

Diante disso, desnecessário se faz enumerar os benefícios decorrentes da participação corresponsável das comunidades componentes das Fundações no encaminhamento de seu próprio futuro, de forma autônoma e participativa.

EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA

DE PLENÁRIO DE N° 06

Seja ampliado o disposto no parágrafo único do artigo 3° do presente Projeto de Lei, nos termos a seguir:

Art. 3° -

Parágrafo Único - Para provimento dos cargos de Reitor das Universidades, bem como dos cargos correspondentes ao de diretor de Fundação Faculdade, a escolha permanecerá afeta aos professores, funcionários e alunos das mesmas, mediante processo eletivo, sendo os demais cargos em comissão providos conforme dispuser a respectiva regulamentação, mantendo-se as atuais normas estatutárias de cada Fundação.

Art. 4º - . . .

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) ALBINO CORAZZA.

Apoio: Heinz Herwig, Hermas Brandão, Rossoni e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Os mais elevados sentimentos democráticos sempre foram defendidos pelos governantes do Estado do Paraná. A efetiva implantação da democracia consolida o estabelecimento da corresponsabilidade pelos atos decorrentes deste processo.

Na perspectiva de mantermos nossas Instituições de Ensino Superior, fundamentadas no princípio democrático e engajadas profundamente no desenvolvimento do Paraná, torna-se indispensável a participação das comunidades acadêmicas na escolha dos responsáveis pela consecução destes objetivos.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

O parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 215/91, terá a seguinte redação:

"Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, o Poder Executivo, por Decreto, procederá a revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta Lei, após negociados os termos dessa revisão com as categorias de servidores através de suas entidades sindicais representativas."

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, enquanto fundamento de todo o ordenamento jurídico nacional e a Constituição Estadual, enquanto originada de um poder constituinte derivado, trouxeram algumas alterações de fundo nas concepções relativas à organização dos trabalhadores.

Inegavelmente a Constituição Federal prestigiou a organização trabalhista e, programaticamente, determinou que todas as normas infraconstitucionais também assim atuem.

É constitucional, portanto, que os rumos que a administração confere aos servidores, atuando inegavelmente enquanto "pa-

trão", devem ser discutidos com seus "trabalhadores" e resolvido de forma composta, como propõe a emenda.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

O parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 215/91, terá a seguinte redação:

"Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, o Poder Executivo, por Lei, procederá a revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta Lei, podendo, inclusive, alterar-lhe a denominação."

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Ernani Pudell, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A revisão por Decreto, como consta do Projeto de lei originário da mensagem do Executivo, é absolutamente inconstitucional.

As Fundações foram, uma a uma, criadas por leis específicas, não podendo atos normativos de hierarquia inferior alterar o disposto em norma hierárquica superior.

Ressalte-se que o "caput", por si só, já é inconstitucional, na medida em que delega competência, que é do Legislativo, ao Executivo. Isso determina que o parágrafo a ele relacionado também seja inconstitucional.

Necessário que, qualquer alteração ou reivindicação na constituição jurídica das Fundações criadas por lei, dê-se também por lei, como propõe a emenda justificada.

SUBEMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 09

O parágrafo único do artigo 3º da Mensagem nº 38/91, Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 215/91, passará, em razão de Emenda Supressiva que manda erradicar parte da original, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Para provimento dos cargos de dirigentes das Instituições de Ensino Superior do Paraná, a escolha permanece afeta aos professores, funcionários e alunos das mesmas, mediante processo eletivo, sendo os demais cargos em comissão providos conforme dispuser a respectiva regulamentação."

Sala das Sessões, em 01.07.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Ernani Pudell, Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Deve ser assegurada a manutenção da eleição direta para os cargos de direção das entidades de ensino superior do Paraná, princípio basilar da gestão democrática constitucionalmente prevista.

Não se pode, entretanto, restringir o processo democrático à reitoria, como pretende o projeto do Executivo, mas deve-se, na verdade, em razão da condição até de uma direção colegiada, ou seja, distribuídas competências a órgãos descentralizados, compostos por vários segmentos de servidores ligados à gestão pedagógica, administrativa e financeira da entidade, determinar, sim, a necessidade de que estas instâncias diretivas também tenham a sua composição democraticamente efetuada.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 10

O artigo 2° do Projeto de Lei n° 215/91, terá adicionada emenda, na forma de parágrafo, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Fica assegurada aos servidores das Fundações atingidas por esta lei, a condição jurídica de terem conhecidos, processados e julgados, com a competência do poder normativo da Justiça do Trabalho, os dissídios coletivos ingressos pelas entidades sindicais representativas."

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra e Ermani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Deve ser assegurado aos servidores públicos as suas tradicionais possibilidades jurídicas de terem apreciados, com a competência do poder normativo da Justiça do Trabalho, os dissídios coletivos imputados pelas entidades sindicais representativas.

A autarquiaização das Fundações, efetivamente priva os servidores da possibilidade de terem um mecanismo eficaz de reposição de suas perdas.

Isto é indicativo claro de que, descumprindo a legislação, o Poder Público pretende sucatear os serviços públicos, através da instauração de um arrocho salarial sem possibilidade de recomposição, como vinha até então acontecendo pela atuação do poder normativo da Justiça do Trabalho.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 11

O parágrafo único do artigo 1° do Projeto de Lei n° 215/91 terá a seguinte redação:

"Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, o Poder Executivo, por Decreto, procederá a revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta lei, podendo, inclusive, alterar-lhe a denominação, e, no caso das Universidades, após

ouvidos seus órgãos colegiados e as entidades sindicais representativas, assegurará a autonomia e a gestão democrática constitucionalmente previstas."

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Ermani Pudell, Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A autonomia das Universidades e sua gestão democrática é preceito constitucional a ser observado por todo o ordenamento infraconstitucional.

Na disposição expressa que trata então da natureza jurídica que rege as Universidades, imperioso se faz que esteja assegurado a autonomia e a gestão democrática das Universidades, para que se cumpra o disposto na Constituição.

A autarquiaização não pode ser um modo de inviabilização da autonomia das universidades e de sua gestão democrática, possibilitando que nas mãos de um governo autoritário venha a desatender as suas funções sociais; necessário, portanto, que exista uma legislação que vincule a parâmetros bastante definidos, a atuação estatal no que se refira à gestão democrática e à autonomia das Universidades.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 12

O artigo 4° do Projeto de Lei n° 215/91, terá a seguinte redação:

"Art. 4° - Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação."

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Ermani Pudell, Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Necessária a instalação de uma "vacatio legis" que venha a possibilitar uma adequação das estruturas internas das Fundações atingidas pela sua transformação em autarquias.

Esta alteração da natureza jurídica das entidades, sem dúvida, tem reflexos bastante significativos nas relações e compromissos assumidos por estas entidades.

Um prazo, não muito grande, à entrada em vigor da lei que transforma estas Fundações em autarquias, é necessário a partir dos contatos e esclarecimentos que terão de ser efetuados para adequar estes relacionamentos firmados à nova condição, de modo a não acarretar prejuízos a terceiros e à própria Fundação.

SUBEMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 13

A Emenda Aditiva apresentada pelo Poder Executivo ao seu Projeto de Lei n° 215/91, originado da Mensagem n° 25/91, de 27 de maio de 1991, receberá subemenda de caráter supressivo e terá, em seu artigo 1°, a seguinte redação:

"Art. 1° - As Fundações Estaduais adiante relacionadas, mantidas as finalidades para as quais foram instituídas, ficam transformadas em Autarquias, integrantes da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o artigo 7°, inciso I, da Lei 8.485, de 03 de junho de 1987:

Fundação de Ação Social do Paraná;
Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná;
Fundação de Esporte e Turismo;
Fundação Educacional do Estado do Paraná;
Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná;
Fundação Instituto Agrônomo do Paraná;
Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná;
Fundação Caetano Munhoz da Rocha;
Fundação Rádio e Televisão do Paraná;
Fundação Teatro Guaíra;
Fundação Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Sala das Sessões, em 01.07.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Ernani Puddell, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

A autonomia administrativa e financeira das entidades de ensino superior é preceito constitucional que deixará de ser cumprido a partir da sua inserção na administração indireta. A subordinação e o atrelamento à administração centralizada, dentro de um regime de prioridades que se subordina a um projeto político de um governo circunstancial, de atrelamento à sua concepção distanciada e leiga do que deva ser uma instituição de nível superior, cujas prerrogativas, inseridas na Constituição Federal devem ser preservadas e prestigiadas, não se coaduna com a inserção das Universidades Estaduais entre as Fundações a serem autarquizadas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 14

O artigo 1° do Projeto de Lei n° 215/91, terá a seguinte redação:

"Artigo 1° - Todas as Fundações criadas por leis Estaduais, serão transformadas em autarquias estaduais após a quitação de todos os seus débitos trabalhistas e previdenciários."

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Luiz Carlos

Alborghetti e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Antes que o Estado transforme as Fundações em autarquias, é necessário que sejam quitados os débitos trabalhistas e previdenciários em relação a seus servidores. As ações com trânsito em julgado, em fase de execução, devem ser cumpridas na sua totalidade, pois caso contrário, seria cometido um verdadeiro "calote" contra os trabalhadores que recorreram à ação jurisdicional tão somente em razão da sonegação dos direitos por parte das direções destas Fundações.

Ademais, até por uma questão de que o patrimônio público, e o erário público, construído com os impostos dos cidadãos e que terão, através da inserção destas dívidas em orçamento, de arcar com estas dívidas que teriam efetivamente, de ser salgadas com o patrimônio das próprias Fundações.

Para preservar os cidadãos de terem de pagar uma dívida que eles próprios não contraíram, é que a emenda prevê a transformação das Fundações em autarquias tão somente após a quitação dos débitos.

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 15

O artigo 4° da Mensagem n° 38/91, Emenda Aditiva originada do Executivo ao Projeto de Lei n° 215/91, receberá adição por emenda de parágrafos com a seguinte redação:

"§ 1° - A autonomia didático-científica consiste em:

I - fixar as diretrizes e os meios para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;

II - criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação, pós-graduação e outros a serem realizados sob sua responsabilidade;

III - definir os currículos de seus cursos, observada a base comum nacional para os cursos de graduação;

IV - estabelecer o calendário escolar e o regime de trabalho didático de seus diferentes cursos;

V - estabelecer critérios e normas de seleção, admissão e promoção, e transferência de alunos.

§ 2° - A autonomia administrativa consiste em:

I - elaborar seus estatutos e regimentos, democraticamente, com a participação de todos os segmentos da comunidade universitária;

II - escolher seus dirigentes, na forma de seus estatutos e regimentos;

III - dimensionar seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, de

acordo com seu planejamento didático-científico;

IV - estabelecer lotação global de seu pessoal docente e técnico-administrativo;

V - autorizar os docentes e pessoal técnico-administrativo a participar de atividades científicas e culturais no exterior, nos termos do seu regimento.

§ 3º - A autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste em:

I - administrar privativamente os recursos de dotação orçamentárias globais regulares assegurados pelo Poder Público, preservada a isonomia de salários;

II - administrar privativamente os rendimentos próprios e o seu patrimônio e deles dispor, na forma do seu estatuto;

III - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas na forma do seu estatuto;

IV - celebrar contratos referentes a obras, compras, alienações, locação ou concessão, obedecendo ao procedimento administrativo de licitação, cabendo aos conselhos superiores definir, em regulamento próprio, as modalidades, os atos integrantes do procedimento e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

V - elaborar o orçamento total de sua receita e despesa a partir de suas unidades básicas e submetê-lo à aprovação dos colegiados superiores competentes, de modo a contemplar plenamente as necessidades definidas nos seus planos globais;

VI - definir, em regulamento próprio, aprovado nos conselhos superiores, normas e procedimentos de elaboração, execução e controle do orçamento, realizando anualmente prestação pública de contas da dotação e da aplicação de todos os seus recursos.

§ 4º - As Universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior públicos poderão, no exercício de sua autonomia, tomar outras providências e decisões necessárias ao bom desempenho de suas tarefas de ensino, pesquisa e extensão."

Sala das Sessões, em 01.07.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Ernani Puddell, Ovídio Constantino, Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Na medida em que o artigo 4º da emenda aditiva oriunda do Executivo reconhece a necessidade da preservação da autonomia das instituições de ensino superior, lógico e aceitável é que os termos desta prerrogativa sejam exauridos em lei. Adita-se, portanto, à Mensagem do Executivo com artigos que definem princípios e

parâmetros dessa autonomia, que devem existir nas instituições de ensino superior sob os aspectos administrativo, pedagógico e financeiro.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 16

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 215/91, terá a seguinte redação:

"Artigo 3º - Os cargos de direção das entidades serão providos pelo Poder Executivo, em acatamento a resultado de eleição por voto direto e secreto dos servidores lotados nas Fundações transformadas em autarquias."

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Ovídio Constantino, Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra

JUSTIFICATIVA:

A emenda apresentada prestigia a instauração da democracia na administração pública.

É sofismático que a autoridade político-administrativa, mesmo que eleita pelo povo, tenha a prerrogativa de ser a única instância democrática na administração, como que sendo ele um representante eleito democraticamente, todos os seus atos e medidas têm aprovação "a priori" do povo e a consideração de "democráticos".

Na verdade, a democracia deve ser construída em todas as instâncias da administração pública, e, inegavelmente, a eleição direta dos diretores de fundação, por parte daqueles que não são circunstanciais na vida pública, mas, ao contrário, entendem e têm na prestação dos serviços públicos a sua vida e o seu objetivo profissional, é um meio de fomento da democracia na administração.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 17

O parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 215/91, terá a seguinte redação:

"Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, o Poder Executivo, por Decreto, procederá a revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta Lei."

(suprime-se a parte final: "...podendo, inclusive, alterar-lhe a denominação").

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Ernani Puddell, Ovídio Constantino, Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A possibilidade de alteração da denominação das Fundações transformadas em autarquias é, efetivamente, um dos símbolos

do poder autoritário. É uma forma pouco sutil de solapar a identidade daquela organização que construiu a sua imagem e a sua representatividade sendo conhecida por uma denominação específica.

Todas as Fundações, por sua vez, têm toda uma vida de serviços prestados, inclusive muitas com prestígio construído em todo o Brasil e até internacionalmente, apresentando uma denominação adquirida e construída há muito tempo. O direito à imagem, portanto, é o que se preserva; o ataque à imagem, pela troca de denominação, é ato que visa, tão somente, destruir a identidade dos órgãos atingidos pela lei. Ideal que se preserve a denominação.

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 18

O parágrafo único do Artigo 1° do Projeto de Lei n° 215/91, originado da Emenda apresentada pelo Executivo, através da Mensagem n° 38/91, será substituído por dois parágrafos, com a seguinte redação:

"§ 1° - No prazo de 180 dias o Poder Executivo encaminhará anteprojeto de lei ao Poder Legislativo para revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta Lei, exceto às instituições de Ensino Superior do Paraná, adaptando, inclusive, as respectivas denominações.

§ 2° - As instituições de Ensino Superior do Paraná, atingidas por esta Lei, procederão à revisão de seus estatutos e regimentos, observados os princípios de autonomia destas instituições."

Sala das Sessões, em 01.07.91.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emília Belinati, Ernani Pudell, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

As instituições de ensino superior do Estado do Paraná, por sua prerrogativa e características adquiridas em função da própria Constituição Estadual, documento jurídico decorrente do documento jurídico do político, instituído pela Constituição Federal, que é o estatuto fundamento e originário de todo o ordenamento, têm asseguradas as condições de manutenção da autonomia didático-científica, administrativa e financeira, incompatível com a autarquia. A revisão de suas "internas legis", porém, pode ser feita visando ao aperfeiçoamento das instituições, mediante Lei.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 19

O artigo do Projeto de Lei n° 215/91, originado da Mensagem n° 25/91, de 27 de maio de 1991, receberá emenda aditiva e

terá parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - O Poder Executivo encaminhará, na prazo máximo de 60 (sessenta) dias, Mensagem à Assembléia Legislativa estabelecendo a reposição salarial dos servidores das fundações atingidas pela presente Lei, obedecidas e devidas desde as respectivas datas-base asseguradas em seus acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas."

Sala das Sessões, em 01.07.91

(a) PAULO MAIA.

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Ernani Pudell, Emília Belinati e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

As fundações são várias e seus servidores possuem datas-base diferenciadas entre-si, o que determina, por via de consequência, defasagens salariais distintas. A autarquização e o posterior adequamento funcional destes servidores deve acontecer de modo a contemplar a equidade, que, no caso, só será concretizada com a reparação das defasagens acumuladas desde as datas-base de cada categoria diferenciada.

Por sua vez, o futuro enquadramento para regularização da situação funcional de cada um dos servidores pertencentes às fundações atingidas pela presente lei não deve ocorrer com disparidades salariais entre trabalhadores de mesmas atribuições, o que deverá ser sanado pelo Executivo em mensagem própria, nos termos da emenda proposta.

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 20

"Art. 3° - ...

Parágrafo Único - Os atuais detentores dos cargos de direção eleitos nas formas estatutárias não perderão os mandatos mesmo que transformados seus cargos em cargos de provimento em comissão."

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Dalton Machuca, Doutor Rosinha, Arlindo Troian, Mário Bezerra e Paulo Maia.

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 21

Art. 1° - O parágrafo único do art. 1°, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - ...

Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, o Poder Executivo, por Projeto de Lei específica, procederá de forma individualizada, revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta Lei, adaptando, inclusive, as respectivas denominações."

Art. 2° - O art. 3° passa a vigorar

com a seguinte redação:

"Art. 3º - Os cargos de direção das entidades ficam transformados em cargos de provimento em comissão, cujas denominações e simbologias serão definidas e fixadas por Projeto de Lei específica."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) DALTON MACHUCA.

Apoio: Emília Belinati, Mário Bezerra, Rossoni e Lourenço Fregonese.

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 22

Art. 1º - O artigo 4º, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - As Universidades e Faculdades Estaduais gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Doutor Rosinha, Paulo Maia, Arlindo Troian, Ernani Pudell e Mário Bezerra.

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 23

Art. 1º - O parágrafo único do artigo terceiro, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 3º - ...

Parágrafo Único - Para provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor das Universidades Estaduais e de Diretor e Vice-Diretor das Faculdades Estaduais isoladas, a escolha permanecerá afeta aos professores, funcionários e alunos."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) DALTON MACHUCA.

Apoio: Paulo Maia, Doutor Rosinha, Arlindo Troian e Mário Bezerra.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 24

Acrescentar mais um parágrafo ao artigo 1º do Projeto de Lei n° 215/91, nos seguintes termos:

"§ 2º - As regulamentações pertinentes às Instituições de Ensino Superior serão previamente submetidas à aprovação dos Conselhos Superiores das mesmas".

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoio: Paulo Maia, Plauto Miró Guima-

rães, Mário Bezerra, Ademar Traiano, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti, Rossoni, Elío Rusch e Hermas Brandão.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 25

Acrescentar no artigo 5º do Projeto de Lei n° 215/91 após as palavras "...em contrário", as seguintes palavras:

"...excetuando-se as situações que consubstanciam direito adquirido e ato jurídico perfeito."

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoio: Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Mário Bezerra, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti, Rossoni e Hermas Brandão.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 26

O parágrafo único do artigo 3º do Projeto de Lei n° 215/91, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - ...

Parágrafo Único - Para provimento dos cargos dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior do Paraná, a escolha permanecerá afeta aos professores, funcionários e alunos das mesmas, mediante processo eletivo; e o Diretor Presidente do Instituto Agrônomo do Paraná será escolhido pelo Governador do Estado, obedecida lista triplíce elaborada pelo Conselho de Administração, sendo os demais cargos em comissão do IAPAR providos conforme dispuser a respectiva regulamentação."

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoio: Paulo Maia, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra, Heinz Herwig, Rossoni, Luiz Carlos Alborghetti e Hermas Brandão.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 27

Acrescentar mais um artigo no Projeto de Lei n° 215/91, nos seguintes termos:

"Art. 6º - O Instituto Agrônomo do Paraná será dirigido por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva:

I - O Conselho de Administração será constituído por representantes dos órgãos governamentais, das entidades de ciência e tecnologia e da comunidade de usuários dos serviços do IAPAR.

II - A Diretoria Executiva será constituída por um Diretor-Presidente, com formação de nível superior em Ciência Agrária, escolhido através de lista triplíce apresentada pelo Conselho de Administração, dentre os servidores do IAPAR; por um Diretor Administrativo, por um Diretor Técnico Científico e por um Diretor de Recursos Humanos, todos nomeados pelo

Governador do Estado".

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoiamto: Paulo Maia, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra, Rossoni, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti e Hermas Brandão.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 28

Acrescentar mais um artigo no Projeto de Lei n° 215/91, nos seguintes termos:

"Art. 6° - O Instituto Agrônômico do Paraná gozará de autonomia financeira e administrativa, com dotação orçamentária fixada anualmente no Orçamento do Estado."

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoiamto: Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Mário Bezerra, Rossoni, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti e Hermas Brandão.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 29

O parágrafo único do artigo 1° do Projeto de Lei n° 215/91, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, Projetos de lei procedendo a revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta Lei, adaptando inclusive, as respectivas denominações."

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoiamto: Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Mário Bezerra, Rossoni, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti e Hermas Brandão.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 30

Acrescentar mais um artigo no Projeto de Lei n° 215/91, nos seguintes termos:

"Art. 6° - O instituto Agrônômico do Paraná adotará a modalidade de contrato de gestão para gerir os recursos que lhe forem consignados no orçamento do Estado."

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoiamto: Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra, Ademar Traiano, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti, Rossoni e Hermas Brandão.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 31

O artigo 4° do Projeto de Lei n° 215/91, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4° - As Instituições de Ensino Superior do Paraná, e os Institutos de Pesquisa, no que couber, gozam de autonomia didático-científica, administrativa e

de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino".

Sala das Sessões, em 04.07.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoiamto: Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra, Ademar Traiano, Heinz Herwig, Rossoni, Luiz Carlos Alborghetti e Hermas Brandão.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 32

Inclua-se no artigo 1° do Projeto de lei, após renumerar-se para parágrafo 1° o atual parágrafo único, os seguintes parágrafos:

"§ 2° - A adequação estatutária se fará por Assembléia Estatuinte integrada por representantes dos quadros das instituições atingidas por esta Lei, da comunidade científica, da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada, observando-se os seguintes preceitos:

I - manutenção dos mecanismos de democratização dos métodos de gestão e de transparência administrativa;

II - observância do disposto no artigo 3° desta Lei.

§ 3° - O resultado dos trabalhos da Assembléia Estatuinte, caberá ao Poder Executivo somente a homologação".

Sala das Sessões, em 04.07.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DO UTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Paulo Maia e Emília Belinati.
JUSTIFICATIVA:

A adoção do preconizado nesta proposta significará um amplo debate sobre o caráter e os rumos dos órgãos da administração indireta envolvidos no debate, onde se assegurará a participação efetiva de toda a sociedade paranaense, motivo que leva-nos a crer na sua adoção.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 33

Dê-se ao artigo 3° do Projeto de Lei a seguinte redação:

"Art. 3° - Os cargos de direção das autarquias serão preenchidos por servidores integrantes dos respectivos quadros, eleitos pelo voto universal, direto e secreto da comunidade a que pertença.

Parágrafo Único - No caso das Instituições de Ensino Superior, considera-se como comunidade o conjunto de professores, funcionários e alunos."

Sala das Sessões, em 04.07.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DO UTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamto: Paulo Maia e Emília Belinati.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 34

Dê-se ao parágrafo único do artigo 1º a seguinte redação:

"Parágrafo Único - No prazo de 180 dias o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa Projeto de Lei procedendo a revisão dos atos constitutivos das fundações atingidas por esta Lei que necessitarem de tal providência."

Sala das Sessões, em 04.07.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DO UFOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoio: Paulo Maia e Emília Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Além do cumprimento da Carta Magna do Estado, a presente proposição busca resguardar os interesses deste Legislativo e da população paranaense na definição da estrutura das instituições afetadas pela matéria em lide.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 35

Inclua-se, no Projeto de Lei nº 215/91, o seguinte artigo:

"Art.... - Ficam assegurados aos servidores das fundações atingidas por esta lei os direitos trabalhistas adquiridos até a data de sua publicação.

Parágrafo Único - A transferência dos servidores dos quadros das fundações para as autarquias será precedida de estudo de todos os direitos trabalhistas não cumpridos pelo Governo do Estado, inclusive reposições e/ou aumentos salariais, os quais deverão ser incorporados para fins da transposição."

Sala das Sessões, em 04.07.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

DO UFOR ROSINHA e

OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoio: Paulo Maia e Emília Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com a presente emenda, tão somente assegurar os direitos trabalhistas daqueles que, durante parcela considerável de suas vidas, prestaram serviços ao Estado do Paraná não tendo recebido, de parte deste, tratamento correto no que tange ao cumprimento rigoroso de tais prerrogativas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 36

Inclua-se, no Projeto de Lei nº 215/91, o seguinte artigo:

"Art.... - Os débitos trabalhistas de servidores da administração direta, indireta ou fundacional, quando executados mediante precatório requisitório, deverão obrigatoriamente ser atualizados com juros e correção monetária quando do seu efetivo pagamento, devendo tal condição ser expressamente ressaltada na lei orçamentária."

Sala das Sessões, em 04.07.91.

(aa) DO UFOR ROSINHA e

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Paulo Maia, Emília Belinati e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Os débitos trabalhistas, quando pagos por meio de precatórios requisitórios, são alvo de grande defasagem, por força da sistemática desse instrumento.

Pretendemos unicamente assegurar a atualização dos débitos trabalhistas quando do seu efetivo pagamento, objetivando resguardar os interesses dos trabalhadores que prestam serviços ao Estado do Paraná.

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 37

O artigo 1º "caput" do Projeto de Lei 215/91, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - As Fundações Estaduais adiante relacionadas, mantidas as finalidades para as quais foram instituídas, ficam transformadas em Autarquias, integrantes da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o art. 7º., inciso I, da Lei 6.485, de 03 de junho de 1987:

Fundação de Ação Social do Paraná;

Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná;

Fundação de Esportes e Turismo;

Fundação Educacional do Estado do Paraná;

Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná;

Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão;

Fundação Faculdade de Artes do Paraná;

Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana;

Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras do Paranavai;

Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro;

Fundação Faculdade de Educação Física de Jacarezinho;

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio;

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho;

Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá;

Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná;

Fundação Caetano Munhoz da Rocha;

Fundação Rádio e Televisão do Paraná;

Fundação Teatro Guaíra;

Fundação Universidade Estadual de Londrina;

Fundação Universidade Estadual de Maringá;

Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa;

Fundação Universidade Estadual do Centro Oeste;

Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu;

Fundação Universidade do Oeste do Paraná;

Fundação Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Sala das Sessões, em 04.07.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Dalton Machuca, Rossoni, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra e Emília Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A presente subemenda substitutiva visa, alterando os termos do art. 1º "caput" do Projeto de Lei nº 215/91, excluir a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, da relação das Fundações que deverão ser autarquizadas.

O nosso primeiro, e talvez principal, objetivo é dar integral cumprimento ao artigo 218, § 3º, da Constituição Federal, fielmente transcrito pelo artigo 203 da Constituição Estadual, "verbis":

"O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de Ciência, Pesquisa e Tecnologia e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho." (grifei)

São as próprias Cartas Magnas, Federal e Estadual que impõem um tratamento diferenciado às áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e ficou claro no decorrer dos anos que foi justamente esse aspecto que proporcionou o desenvolvimento altamente satisfatório dos trabalhos do IAPAR.

Não é possível, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o IAPAR, que possui uma longa folha de bons serviços prestados à agropecuária paranaense, seja jogado na vala comum da autarquização, sem que se atente às suas características próprias, que, diga-se de passagem, são protegidas constitucionalmente.

Em segundo lugar, é necessário que se destaque que o IAPAR já é um órgão de direito público, pois sua lei de criação (Lei nº 6292 de 29.06.72) já o define, em seu artigo 1º, como sendo uma instituição "com personalidade jurídica de direito público", sendo-lhe aplicável, portanto, dispositivos legais e constitucionais semelhantes aos aplicados às autarquias, com as quais guarda sensível equivalência.

Assim, a mudança de personalidade jurídica torna-se inteiramente desnecessária. A discussão deveria ser centrada sob o enfoque de eficiência e eficácia no cumprimento dos objetivos e finalidade para os quais o IAPAR foi criado.

Neste último sentido, vale tomarmos conhecimento da apresentação do trabalho formulado pela Coordenação de Planejamento sobre os "Principais Serviços Disponíveis à Comunidade", datado de dezembro de 1990:

"Desde a sua criação, em 1972, a Fun-

dação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, assumiu todos os trabalhos de pesquisa agropecuária do Estado. Para tanto empreendeu uma agressiva política de treinamento de pessoal que lhe assegurou um quadro de cerca de 1.350 funcionários, dos quais 234 de nível superior, sendo 117 mestres e 17 doutores.

Nesses 18 anos, o IAPAR expandiu-se em termos qualitativos e quantitativos atingidos através de experimentos instalados em outras atividades, mais da metade dos municípios paranaenses, conseguindo assim a obtenção de dados representativos das várias condições ecológicas e sócio-econômicas do Estado.

Também nesse período foram geradas e lançadas 45 novas variedades das principais lavouras cultivadas no Estado, assim como foram propostas alternativas ecológicas para várias culturas e para a pecuária, constituindo assim um riquíssimo acervo científico.

Apesar do pouco tempo de existência, para uma Instituição com essa missão, o IAPAR detém significativa massa crítica em condições de oferecer um importante retorno à sociedade através de produtos e serviços, de maneira a subsidiar o necessário desenvolvimento econômico e social."

É inegável, Senhores Deputados, que a própria história do IAPAR está a justificar a sua exclusão dos efeitos da Lei nº 215/91, pois que há de se preservar, de qualquer forma, esse incalculável acervo científico, acumulado no decorrer dos anos e que poderá se perder através de uma lei que não mereceu a análise profunda daquelas que a idealizaram e que não permitiram a participação efetiva de toda a sociedade paranaense, através um amplo fórum de debates.

Juntamos à presente, para ilustração dos Senhores Deputados, cópia da Lei nº 6.292, de 29.06.92, e o trabalho cuja apresentação acima foi transcrita, e, ao mesmo tempo, esperamos sua unânime aprovação.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 38

Subemenda supressiva ao artigo 1º "caput" do Projeto de Lei nº 215/91:

"Exclua-se no mencionado artigo a indicação da:

Fundação Teatro Guaíra;
Fundação de Esportes e Turismo;
Fundação de Ação Social do Paraná;
Fundação Rádio e Televisão do Paraná."

Sala das Sessões, em 04.07.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Apoio: Emília Belinati, Ademar Traiano, João Arruda, Mário Bezerra e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, no seu artigo

23, inciso 5º refere à obrigação do Estado, concorrente com a União e os municípios, de proteção e estímulo à cultura, à educação e à ciência.

A mesma Carta Magna no seu artigo 203 refere as obrigações do Estado em relação à promoção social.

Nós cremos na ação do Governo enquanto promotor do bem comum agindo na área da cultura, da informação, da democratização do saber, e da ação de promoção social.

Assim sugerimos a manutenção das 4 fundações pré-citadas em respeito à sua tradição de bons serviços ao Paraná, e também lembrando a maior mobilidade de captação de recursos externos que apoiem o Estado nas ações específicas.

É muito mais prático para a produção cultural o caráter Fundacional do Teatro Guaíra, da Fundação de Rádio e Televisão, ou da Fundação de Esportes e Turismo.

O mesmo se diz da captação de recursos para a Ação Social do Paraná, mais prática na forma de fundação.

Aliás, cumpre indagar, já há lei estadual transformando a PARANATUR em FESTUR, ou a PROMOPAR em FASPAR?

A má instrução do processo nº 215/91 não deixa isto claro.

Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto está em discussão.

O SR. NELSON JUSTUS (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar de achar que o Projeto em questão já tem a sua votação praticamente aqui encaminhada, por uma questão de dever já que fui designado Relator desta matéria, eu não poderia de maneira alguma deixar aqui de abordar dois pontos, dois tópicos que eu acho de bastante importância. O primeiro deles é de que verdadeiramente a matéria é bastante discutível, vez em que vários juristas acham que a questão é de interpretação, portanto uma questão de hermenêutica, e assim o sendo poderia até perfeitamente ser abordada, discutida e julgada pelo Tribunal de Justiça. Como não é o caso e é uma questão de interpretação da inconstitucionalidade ou não, cabe a nós aqui, votarmos essa matéria.

O segundo ponto que eu acho muito importante, é a questão trabalhista, ou a consequência da votação desta autarquização, desta transformação das Fundações em Autarquias. As consequências realmente serão funestas. Caberá à História, julgar se nós agimos correta ou incorretamente. Vale dizer que a partir deste momento, ou a partir da transformação das Fundações em Autarquias, eu chego a duvidar de que efe-

tivamente o Poder Executivo irá fazer valer um regime único. Eu não acredito que isso aconteça. E assim sendo, como relator da matéria que eu fui na Comissão de Constituição e Justiça, voto e encaminho a matéria, muito embora ache que a votação já esteja encaminhada, eu continuo ratificando o meu ponto de vista e o meu parecer da inconstitucionalidade da matéria e voto contrariamente à transformação das Fundações em Autarquias, por considerá-las inconstitucionais e mais ainda, por trazer seriíssimas consequências trabalhistas quando da transformação do regime único de trabalho.

Obrigado Senhor Presidente, obrigado Senhores Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Nós gostaríamos de registrar a presença do ilustre Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, companheiro desta Casa, Deputado Pedro Tonelli.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença do Deputado Pedro Tonelli com muita satisfação, porque quando Deputado, atuou com muita dignidade e muita independência nesse Legislativo.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra a V.Exa para discussão da matéria.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Infelizmente nós estamos aqui hoje mais uma vez para discutir a Mensagem Governamental que visa a transformação das atuais Fundações Públicas do Paraná em Autarquias.

Lamentavelmente o Substitutivo encaminhado pelo Senhor Governador do Estado, não elidiu os vícios de origem que continua o projeto original, em especial, a sua plena inconstitucionalidade. A simples enumeração das Fundações atingidas por esse projeto de lei não elide a obrigatoriedade do Poder Executivo em enviar Mensagens específicas e pormenorizadas de cada uma dessas entidades.

Mais do que isso, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores estamos aqui hoje mais uma vez reiterando que, fundamentalmente, esse projeto do Governador do Estado, ficará na História, se aprovado, como o maior calote de direitos trabalhistas já dado na História deste país. Esse Governo que assumiu o Palácio Iguaçu, dizendo que iria governar para os trabalhadores, hoje pretende, num processo rápido

sem discussão, a aprovação dessa medida que rouba a vida de milhares e milhares de trabalhadores nesse Estado. Sim, eu digo rouba a vida, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque o direito do trabalho significa, que pessoas humanas dispendam sua vida, seu tempo para cumprir uma função pública, tiveram seus direitos negados, sonegados pelos mandatários do poder, e, hoje, mesmo a justiça responde a verdade, mesmo a justiça reconhecendo esses direitos, pretende o Senhor Governador do Estado com processo de autarquização, dar um calote em todos esses trabalhadores que importantes serviços prestaram ao nosso Estado e ao nosso povo.

Porque ao remeter todos os débitos trabalhistas do precatório ao requisitório sem que no projeto de lei tivesse sido preservado o valor integral e corrigido destes débitos, quando do seu recebimento significa um calote inadmissível. É estranho e é muito contraditório nós percebermos que esse mesmo governo, que hoje se recusa a receber trabalhadores que reivindicam seus aumentos justos e salários do Estado, esse Governo que corta o salário dos trabalhadores que estão em greve; salários já de fome, minguidos; esse mesmo Governo que se recusa a dialogar com aqueles aos quais ele deu um débito, esse mesmo Governo se senta à mesa do maior caloteiro do Estado do Paraná, o representante do Grupo Atalla.

É, Senhores Deputados, interessante observar estas contradições importantes. E vejam, vejam como tem sido contraditória a postura desse Governo. Esse projeto visa, como já foi dito, pagar débitos trabalhistas em 93, 94, 95, sem juros e correção monetária. No entanto, recentemente, o nosso Governador do Estado baixou um decreto dando, concedendo uma correção diária, mais juros de 12% ao ano, para as certidões de crédito expedidas pelo DER em favor de empreiteiras.

Vejam Senhores Deputados, como é difícil perceber que infelizmente a língua está descolada da realidade.

Há que se ter coerência. Nós entenderíamos perfeitamente essa atitude do Governador do Estado, afinal de contas, o povo tem apenas o seu voto para dar, e nós sabemos que, e podemos até compreender as razões de privilegiar; afinal de contas as campanhas custam extremamente caras, e política é um jogo de compromissos.

O que nós exigiríamos de fato, o povo do Paraná teria direito, é pelo menos que houvesse coerência; que se mostrasse a verdadeira cara, o verdadeiro rosto.

Vejam Senhores Deputados, Senhor Presidente, nós tivemos que ouvir do Senador do Partido dos Trabalhadores, Eduardo Suplicy a denúncia de que o Estado do Paraná

está sendo discriminado com verbas federais, e, nessas circunstâncias é interessante notar que o nosso Governador do Estado, ao invés de mobilizar a sociedade paranaense, a classe política para fazer justiça com relação ao nosso Estado do Paraná, se dedica a montar armadilha para dar o calote em pequenos trabalhadores.

Mais do que isto, é interessante notar hoje, Senhor Presidente, a respeito do Projeto de Autarquização e observa então que, quando o Governador Roberto Requião, fazia parte dessa Casa, foi apreciado um projeto de lei, que falava sobre a democratização nas instituições de ensino do Paraná.

Na ocasião nosso Governador apoiou o projeto de lei que instituiu a eleição direta para os diretores de escolas públicas do Paraná, em três votações apoiou aquele projeto. E hoje, entra na justiça arguindo inconstitucionalidade desta lei.

Por que, Senhores Deputados? Por que mudou o nosso Governador? Será que os cargos em comissão do 1º e 2º escalão do Governo do Estado não são suficientes para abrigar todos os aliados políticos deste Governo? É preciso suprimir uma conquista democrática? Conquistada a duras penas, depois de uma longa trajetória de lutas, apenas para satisfazer objetivos políticos?

Vejam agora o projeto submetido pelo Senhor Governador do Estado procurando aplacar um pouquinho esta enorme onda de protestos contra o Projeto original, diz que os Reitores das instituições de ensino superior do Paraná serão escolhidos pelo voto secreto. O nosso Governador sabe perfeitamente que não temos mais que três ou quatro Reitores no Estado do Paraná. A grande maioria destas instituições são dirigidas por Diretores, por Chefes de Departamento, e dezenas de cargos, que transformados em cargos de comissão indicados pelo Governador do Estado, que, indicados, abrirão um leque de opções para o nosso Governador. Será um verdadeiro trem da alegria se nós aprovarmos este Projeto original!

Vejam, Senhores Deputados, imaginem que uma instituição de ensino, de pesquisa, de extensão ficará submetida sempre ao comando de dirigentes políticos que, em regra, já foram rejeitados pelo povo, nas urnas, ficarão estas instituições à mercê de políticos de carreira, que nada tem a ver com a vida destes órgãos públicos!

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos aqui deixar claro mais uma coisa: somos contra a campanha de privatização do Estado, é verdade, até concordamos que as autarquias são, de certa forma, mais interessantes para o in-

teresse público do que a manutenção de Fundações de caráter privado.

Todavia nós não podemos admitir, jamais, que sob estes argumentos se deixe de respeitar direitos adquiridos de trabalhadores e sob estes argumentos, se aplique o maior calote da história deste País, e sob estes argumentos se suprima as conquistas de gestão democrática, conquista de autonomia, fruto do amadurecimento da luta de tantos anos da elite intelectual deste País.

Este Projeto é, certamente semelhante ao Cavalo de Tróia, a um presente de grego, como se diz, porque no seu ventre este projeto traz questões imorais como aquelas que nós mencionamos aqui. Então nosso posicionamento é contrário pelas razões já mencionadas...

O SR. Doutor Rosinha - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. ERNANI PUDELL - Concedo o aparte ao nobre Deputado Rosinha.

O Sr. Doutor Rosinha - Companheiro Ernani.

Muitos dos Parlamentares do bloco de apoio ao Governador Roberto Requião, têm colocado nos últimos 20 dias, pelo menos, na imprensa, que existem irregularidades nessas fundações e eles têm ameaçado alguns desses Deputados em pedir uma CPI na Assembléia Legislativa para apurar essa irregularidade. O que queremos dizer é que gostaríamos muito, mas demais mesmo, que este bloco solicitasse uma CPI para apurar irregularidades nas fundações e nas universidades, porque nós poderíamos chegar realmente em quem é o culpado na situação que se encontra as fundações hoje.

Nós da oposição já temos certeza que os responsáveis pela falência das universidades, pela má administração, são todos os Governadores que tivemos até agora e principalmente o último Governador, o Senhor Álvaro Dias.

Portanto, uma CPI contará com inteiro apoio da Bancada do Partido dos Trabalhadores, inclusive gostaríamos de fazer parte como membro se possível, porque nós queremos chegar realmente em quem é o responsável, para ter absoluta certeza que esse responsável será punido pelo caos que se encontram todas essas fundações, porque nós temos absoluta certeza que nenhum servidor público se submeteu a essas fundações para levá-la nessa situação.

Nós temos absoluta certeza que esses servidores públicos dessas fundações são todos vítimas dessas péssimas administrações que passaram por elas, por isso nós queremos fazer parte e queremos realmente apurar, até desafiamos a Bancada Governista que noticia pela imprensa o pedido de

CPI, o faça com o máximo de urgência, porque é necessário punir os responsáveis, e quem sabe daí o próprio Governador Roberto Requião vai enxergar melhor a situação real dessas fundações e realmente conceda e atenda às necessidades dos trabalhadores e puna aqueles ex-chefes, ex-diretores e ex-Presidentes, e inclusive, se for o caso, até o ex-Governador como responsável pelo caos administrativo desse setor.

Obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de

Vossa Excelência e fez bem lembrar que dentre o que faz parte do rol das razões e das acusações do ilustre Governador, que motivaram, segundo ele, o pedido de transformação de fundações em autarquia o fato de que existem irregularidades nas instituições de ensino.

De fato, nós até não chegaríamos aqui a afirmar que as instituições de ensino superior são um convento imaculado, até porque são conduzidas por homens, e os homens falham, erram; agora, é interessante notar que aparecem irregularidades, existem e existiram apenas nas fundações de ensino superior, os outros órgãos do Estado aparentemente o nosso Governador avaliou tudo o que houve no passado.

Veja, por exemplo, a Secretaria de Saúde, que durante a gestão do Governador Álvaro Dias, foi palco de escândalos nacionais, veja por exemplo a denúncia que acabei de formular aqui com relação à operação pró-empregadores feita através do Governo do Estado, Departamento Estadual de Rodagens, empregadoras e BANESTADO.

Vejam que aparentemente aí tudo está em ordem, nós temos até uma CPI, aprovada aqui Senhor Presidente, nesta Casa, CPI de Finanças que não anda, aparentemente não há interesse do outro lado de lá, da Bancada Majoritária, pessoas que são indicadas à CPI se recusam a comparecer e trabalhar para que nós possamos apurar realmente o que houve no Governo Álvaro Dias e como estão as finanças do Estado.

Agora o nosso Governador está cada dia mais se demonstrando comportar como uma viúva fiel, ataca tudo e a todos, mas preserva sempre o seu antecessor.

E nós até concordaríamos com essas medidas que o Governador do Estado procura anunciar, essa sua tentativa de saneamento das instituições de ensino superior, mas nós teríamos que torná-las mais abrangentes.

Para que nós pudessemos discutir a situação do BANESTADO, das finanças públicas, que o povo do Paraná pudesse saber o que aconteceu com a saúde, com o escândalo da Sainel e tantos outros. Aí sim a língua andaria junto com a prática.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acredito que as manifestações e até a forma de segurança pela qual passa esta Casa, demonstra que de fato alguma preocupação há em relação à tramitação do Projeto de autarquização.

Não vemos o porquê, num momento deste, de tanta preocupação em relação ao que aqui vai se discutir. Nós temos até o conhecimento de que o Plenário, a sociedade paranaense foi impedida de trazer faixas e tudo mais e tiveram faixas apreendidas na chegada.

Eu acho que tudo isso é lamentável, porque um projeto da envergadura desse, merece, de fato, o conhecimento da sociedade paranaense.

Porque temos que ter a certeza, não podemos mais no serviço público, ter os feitos de um Governador serem desfeitos por outro.

Esta realidade que está posta hoje com relação à autarquização das universidades principalmente, eu me lembro que em 1987, em audiência com o Governador Álvaro Dias, nós colocávamos a preocupação pela forma como este processo estava sendo encaminhado e, por diferentes vezes, fomos desafiados pelo Governador Álvaro Dias, ele querendo nos colocar contra este projeto junto à sociedade paranaense.

Está aí a verdade, está aí o desdobramento, está aí o Governo Requião preocupado com aquilo que foi feito às pressas.

Por isso a nossa preocupação também neste momento, se prende ao fato, se era um Projeto que atendia às necessidades do Estado, que trazia preocupação, a nossa preocupação também fica do porquê do projeto vir de afogadilho a esta Casa e termos que decidir sobre fato tão importante que ainda não se estudou as consequências do amanhã.

Provavelmente, estes processos, como aqui citou o nosso companheiro antecessor - desta tribuna, será motivo de um próximo governador tentar, mais uma vez: por precatórios, requisitórios empurrar com a barriga, para o outro Governo?

Ora, por que não se questionou a justiça? Por que não se foi ao Judiciário dizer que o Judiciário não estava com a verdade, dizer que o Judiciário falhava quando reconhecia o direito dos trabalhadores?

Nós temos a certeza que este era o fato a ser questionado. Porque se o governo, se o empregador não reconheceu o direito dos trabalhadores, obviamente o Poder Judiciário o reconheceu e está dando ganho de causa a esses trabalhadores por um di-

reito que têm, se não o tivesse não teria o Poder Judiciário cometido uma infantili-idade tamanha de conceder os direitos desses trabalhadores.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acreditamos até, que estas emendas apresentadas hoje, representam de fato, a preocupação dos Deputados deste Parlamento que estão preocupados com o desdobramento desta situação que o Paraná não pode pagar mais uma vez, pela pressa de um governo, em desfazer aquilo que o seu antecessor fez.

E já dissemos por diferentes vezes, tem que se colocar a verdade de que esta situação caótica das fundações, que a situação difícil pela qual passa o Paraná foi deixada pelo Governo - a quem este sucede - foi deixada pelo Governo Álvaro Dias!

Esta verdade não pode ser falseada, não pode deixar de ser dita, porque não pode o trabalhador deste Estado mais uma vez continuar pagando por aquilo que não deve.

Obviamente nós não vimos, na Mensagem de Sua Excelência, e em lugar algum, onde desse as garantias dos direitos adquiridos, dos dissídios, das reposições, da fome pela qual passam os trabalhadores. Nós estamos trabalhando e preocupados aqui com o desdobramento em relação ao que vai acontecer com a educação de terceiro grau.

Se o processo dentro da Universidade de Londrina tem falhas, que acredito que não tenha, porque não se provou, não cabe aos insultos a solução dos problemas através deles, não cabe a tentativa de descaracterizar qualquer ser humano dentro daquela universidade.

Ora, nós temos o Tribunal de Contas, temos os órgãos encarregados para fazer essas vistorias. Se fatos houve no trabalho das universidades, a falha não foi da Universidade Estadual de Londrina, não está sendo da Universidade Estadual de Maringá, não está sendo das demais faculdades e muito menos dos trabalhadores, porque deixaram passar.

Será que as coisas, os desmandos do dinheiro público serão resolvidos desta forma? Quando aqui muito bem citou o companheiro, está na hora de se botar no banco dos réus quem deve, quem deixou as universidades, quem deixou as fundações na situação em que se encontram, para trazer ao Paraná a verdade e nós do PSB nós associamos a esta preocupação, porque acreditamos que não é se colocando pano frio ou quente ou seja lá o que for em cima dos problemas que existem que nós vamos resolver as questões que envolvem o dinheiro do povo.

Está na hora de se trazer a verdade e a nossa preocupação se prende, quando em

momento algum o Governo se preocupou em, numa mesa de negociação, discutir com as fundações, com os colegiados das universidades, os problemas que os afetavam. Em momento algum nós vimos e a imprensa também não teve condições de divulgar porque não existiu a disponibilidade de trazer a verdade, de se mostrar numa mesa de negociação o que estava se passando a nível de universidade.

O que nós assistimos até o presente, e o Paraná também, foi simplesmente uma tentativa de desmoralização ainda mais das nossas universidades, das nossas fundações que a cada dia têm que vir à greve numa manifestação do direito justo do trabalhador para dizer a situação em que se encontram e nós vemos, lamentavelmente, às pressas, querem destruir tudo isso, quando mais uma vez vamos frisar desta tribuna, quando temos a certeza que o diálogo, se tivesse havido, teria superado todo esse impasse, teria feito com que a verdade fosse trazida ao Paraná porque mais uma vez perde o povo do Paraná por não saber o que está se passando, por não saber a realidade dos fatos, por não saber qual é a verdadeira intenção do governo que propõe no afogadilho projeto de tamanha envergadura que nós queremos que o Paraná não pague como está pagando atualmente pelo BAIEP, nós voltamos a frisar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a discussão.

Foram apresentadas, sobre o projeto 37, emendas. O projeto retorna às Comissões por 48 horas com a discussão encerrada. A Comissão de Justiça será a primeira a ser ouvida, com as demais comissões concomitantemente e vou marcar para segunda-feira, a votação do Projeto 215.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaríamos de registrar também a presença do ex-companheiro desta Casa, o Deputado Federal Antônio Bárbara.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrada.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero, em nome do PT, registrar o nosso protesto pelo fato de ter sido impedido que os ocupantes das galerias trouxessem as faixas de protesto a esta Casa.

Nos entendemos que o Poder Legislativo deve estar sempre na vanguarda da defesa do direito da livre manifestação e expressão.

Este Poder é o alicerce maior da democracia e a liberdade de expressão e manifestação é exatamente aquilo de mais im-

portante que nós temos na democracia.

Portanto, queremos registrar o nosso protesto e dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores não apenas rejeita essa medida, mas entendemos que ela não pode mais se repetir nesta Casa de Leis.

É isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai examinar o protesto de Vossa Excelência.

Sobre a mesa, requerimento n° 1659-A, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessutti, constante do expediente, solicitando dispensa de redação final aos projetos de lei aprovados em 2ª. Discussão e que não receberam emendas. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1659, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a devolução aos cofres do Tesouro do Estado, dos valores da ajuda de custo a que teriam direito os Deputados, pela Convocação Extraordinária desta Casa. À Comissão Executiva, para os devidos fins.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentamos um requerimento à Mesa, nós pediríamos a Vossa Excelência que desse conhecimento ao Plenário desse requerimento e que também o enviasse ao Governador do Estado do Paraná para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento para exame é da competência da Comissão Executiva. Nós vamos atender, nós vamos devolver as importâncias que Vossas Excelências não querem receber pela convocação extraordinária e podemos também sugerir ao Governador a parte final do requerimento de Vossa Excelência que pede para ser aplicado em aumento do funcionalismo público.

O SR. ERNANI PUDELL - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para segunda-feira: 2ª discussão em votação dos Projetos de Lei n° 271, 285, 215 e 190/91.

Determina à Assessoria da Mesa que faça publicar em avulso a ser entregue pela manhã, ainda amanhã, de todas as emendas apresentadas hoje.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela Ordem) - Eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela maneira com que está conduzindo esta sessão, fazendo com que os Senhores Deputados, de ambas as Bancadas possam refletir com bastante profundidade sobre as

matérias de relevância que estão sendo votadas nesta tarde. E parabenizá-lo, ainda, Presidente, pela maneira com que faz que os Deputados possam ter tranqüilidade, segurança, sabem eles que nós estamos aqui votando o interesse maior do Paraná e as pressões das galerias nos jogando moedas, nos jogando objetos até obscenos aqui em Plenário, não está se repetindo graças a sua mão firme, graças a sua maneira de lidar com a autonomia e a soberania deste Parlamento que é um dos Poderes mais respeitados do Estado do Paraná porque tem à frente Vossa Excelência que sabe bem lidar com este Poder.

Meus parabéns, Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço a Vossa Excelência.

Há mais uma emenda. Vigésima-oitava emenda. A Mesa fará chegar ao gabinete dos Senhores Deputados, amanhã, todas as emendas publicadas em avulso apresentadas na sessão de hoje.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos nós sabemos que hoje, dia 04 de julho, comemora-se o Dia do Cooperativismo, e nós queremos dar nesta sessão de hoje, ciência aos Senhores Parlamentares e àqueles que nos dão a honra de suas visitas, alguns dos problemas vivenciados hoje pela agricultura e pela pecuária paranaense e brasileira.

Vejam, Srs. Deputados, que referente à safra de inverno, nos recursos destinados ao custeio, (Lê):

"SAFRA DE INVERNO - Custeio - O Paraná necessita Cr\$ 50 bilhões e só recebeu até o momento Cr\$ 20 bilhões. Há necessidade de recursos para plantio de trigo no Centro-Sul do Estado.

SAFRA DE VERÃO 90/91 - EGF - O Paraná necessita de Cr\$ 78 bilhões de recursos para comercializar safra. Recebeu apenas Cr\$ 10 bilhões. Há necessidade de recursos para garantir comercialização regular de safra.

PRORROGAÇÃO DOS CUSTEIO - Dada dificuldades vivenciadas pelos produtores com relação à quebra de safra e falta de recursos para comercialização, solicita-se BACEN prorrogar vencimentos de custeios da safra de verão 90/91, que ocorrerão no final do mês, para 30.09.91

QUOTAS-PARTES - Cooperativas bancaram mais de Cr\$ 50 bilhões insumos para garantir plantio da safra de verão 90/91,

cujos recursos em elevado percentual não retornaram, causando dificuldades às mesmas. Solicita-se alocação cerca Cr\$ 35 bilhões financiamento quotas partes cooperativas, a fim de amenizar a situação de dificuldade vinda do campo.

PROAGRO - Solicitamos liberação urgente de recursos para indenização a PROAGRO's pendentes (alguns desde 1987) produtores, cujo montante necessário das indenizações aos produtores do Paraná, atinge mais de Cr\$ 30 bilhões. Solicita-se ainda a correção dos referidos valores.

PROJETO EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA - Aprovação urgente do projeto em tramitação na Câmara, que destina Cr\$ 302,1 bilhões para agricultura.

PUBLICAÇÃO DE DECRETOS APROVADOS PELA CNPA - Agilização, aprovação e publicação de Regras definidas pelo Conselho Nacional de Política Agrícola em relação: regras intervenção Governo mercado agrícola, regulamentação importação de produtos origem externa e novas regras PROAGRO.

PRORROGAÇÃO VENCIMENTOS APS TRIGO - Função redução área plantio trigo e utilização semente trigo dentro sistema troca-troca, haverá dificuldades produtores sementes liquidarem compromissos junto BBSA/CTRIN, antes realização safra inverno.

Solicitamos prorrogação vencimento referidos financiamento para mesma época ressarcimento parte produtor junto sua cooperativa.

REFORMA TRIBUTÁRIA - Promover ampla reforma tributária setor primário. Carga tributária que hoje pesa sobre segmento é elevadíssima.

EGF/AGF-TRIGO SAFRA 1991 - Alocação em tempo hábil, recursos suficientes EGF/AGF para comercialização início safra prevista para agosto/91.

PREÇO MÍNIMO E VBC SAFRA VERÃO 91/92 - Agilizar estudos para estabelecimento Valores Básicos de Custeio e Preço Mínimo culturas de verão (feijão, arroz, algodão, milho, soja, etc.)" (Termina de ler)

Além disso, Senhores Deputados, nós temos que a agricultura brasileira vem sofrendo ao longo de todo este período, um processo de descapitalização. O Governo Federal vem investindo ano a ano, mesmos recursos na agricultura a ponto de anunciar, como uma fábula, três bilhões de dólares para esta safra que iniciará a partir do mês de agosto, safra de verão 91/92, quando, em épocas passadas, esses recursos atingiram cifras superiores à Casa dos dez bilhões de dólares.

Portanto, Senhor Presidente, no dia em que comemoramos a festividade do cooperativismo nacional, nós queremos registrar o nosso voto de apoio a essas instituições que têm, ao longo de sua existência, bus-

cado incansavelmente a defesa dos interesses dos produtores rurais da nossa agricultura e da nossa pecuária.

Queremos, neste momento, mais uma vez, nos colocar ao lado dessas instituições, porque não fosse elas, a situação da agricultura seria pior do que se apresenta hoje. Fazemos esse registro em nosso nome particular, em nome do Bloco Agropecuário e quero crer, em nome desse Parlamento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, antes que Vossa Excelência dê por encerrada a presente sessão e da mesma forma como Vossa Excelência permitiu ao ilustre Deputado, Líder da Bancada governista esse registro da nossa agricultura, queria também, com a permissão de Vossa Excelência registrar nos Anais dos trabalhos da sessão e hoje, um evento da maior importância para o Paraná e muito particularmente, para o Noroeste do Estado do Paraná: é a presença do Secretário da Agricultura, no dia 2, terça-feira, da semana próxima passada, iniciando na propriedade do ex-Deputado e ex-Prefeito de Paranavaí, Dionísio Dal Prá, o início da colheita das laranjas do Paraná. Foi aquele pomar, fruto dessa nova política que o Paraná inicia, o Governo do Estado em convênio com COCAMAR e outras empresas que formam o grande conglomerado comercial, com a intenção de explorar o suco da laranja aqui no Paraná e a sua exploração. Para nós do Noroeste do Paraná, o fato tem uma significação do maior alcance porque nós temos a expectativa e a esperança que a citricultura do Paraná tenha a possibilidade de oferecer a milhares de trabalhadores rurais, proprietários, trabalho, serviço, além da geração de recursos para o Estado do Paraná.

Não só este fato, como também o plantio em áreas que devem alcançar cerca de seis a sete mil hectares exigidas para a industrialização lá no Nordeste, deve também ter repercussão muito grande, não só no fato direto de mão-de-obra, geração de empregos, de impostos, como também na valorização das nossas terras.

Senhor Presidente, muito obrigado, e fica também o registro e o reconhecimento desta Casa - também não podia deixar de fazê-lo - ao esforço dos pioneiros, daqueles que inicialmente deram os primeiros passos, que acreditaram no revigoramento da citricultura do Estado do Paraná, daqueles que começaram em Paranavaí, Nova Esperança, lá na Região toda do Noroeste, de Santa Isabel do Ivaí, que teve também logo após esta solenidade em Paranavaí também um encontro com a presença do Senhor Secretário da Agricultura, Prefeitos,

Vereadores, proprietários rurais em Santa Isabel do Ivaí para, da mesma forma fazer a promoção, uma campanha de confiança na volta da citricultura forte do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Pela ordem, Senhor Presidente.

Pela impossibilidade de encaminharmos requerimentos a esta Mesa, neste período extraordinário, quero fazer um pedido à Bancada, ao Líder do Governo, para que encaminhássemos ao Governador do Estado um Ofício, em meu nome, em nome da Assembléia Legislativa aonde eu quero fazer um pedido, no caso do Governo Federal estar liberando 500 milhões de dólares para investimentos na área da agricultura; sendo que o Governo Federal libera esse recurso, 55% desse recurso para financiamento, e o restante para complementar o 100% do custo. daquilo que está sendo financiado, eu queria fazer o pedido ao Banco do Estado do Paraná, para que financiasse esse restante, esses outros 45%; o que está acontecendo nos outros estados brasileiros, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, aonde os Bancos regionais, os Bancos estaduais do Estado estão financiando esta diferença.

Essa verba de 500 milhões de dólares vem com juros de BTR mais 12% ao ano. Eu queria fazer este pedido através de um requerimento, como é inviável agora, fazer um ofício ao Governador do Estado, para que o Banco do Estado do Paraná refinanciasse esse restante do financiamento do valor a ser financiado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a sessão, a Mesa reitera que os projetos anunciados estão na fase de votação, e, na segunda-feira não mais poderão ser apresentadas emendas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 271 e 285/91,

do Projeto de Lei Complementar n.º 190/91 e

do Projeto de Lei n.º 215/91.

Levanta-se a sessão.